



demografia e conjuntura: reflexões metodológicas

Daniel Joseph Hogan*

RESUMO - Este ensaio analisa as dificuldades metodológicas da tentativa de compreender as consequências demográficas da crise econômica que se instalou no Brasil no final de 1980. De-têm-se em três principais questões: (1) o determinismo econô-mico que permeia essa discussão; (2) os limites do arsenal analítico, desenvolvido justamente para abstrair de fenômenos de curto prazo; e (3) a falta de dados apropriados e atuali-zados. Conclui-se com uma advertência quanto à necessidade de analisar simultaneamente a dinâmica demográfica no longo e no curto prazo. É preciso incluir nos trabalhos teórico-metodo-lógicos que visam a compreensão da transição demográfica bra-sileira, a preocupação com fenômenos de curto prazo, para dis-tingui-los das transformações seculares, e para avaliar a sua importância em retardar, acelerar, ou redirecionar essas trans-formações.

As considerações apresentadas neste trabalho são os fru-tos de um esforço de compreender as consequências demográfi-cas da crise econômica atual, cujo início no Brasil se deu no final de 1980 (Salm et alii., 1985). Utilizando uma concepção ampla de "dinâmica demográfica", procurou-se analisar tanto os fatores demográficos "stricto sensu", quanto os de "lato sensu". Os resultados empíricos são apresentados nos Anais do IV Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP, 1985). O presente ensaio constitui uma discussão dos problemas metodológicos inerentes numa tarefa desta natureza. Dos muitos limites encontrados, pretendemos discutir três que consideramos particularmente significativos.

* Departamento de Ciências Sociais e Núcleo de Estudos de População, UNICAMP.

Quais são os reflexos demográficos da crise econômica que se instalou no país no fim de 1980? Em primeiro lugar, a formulação da pergunta focaliza com clareza um problema que permeia muita análise demográfica, qual seja, a tendência a um certo determinismo econômico. Aquela determinismo em que o lado determinado da equação é a dinâmica demográfica tem sido grandemente reforçado pela reação ao neo-malthusianismo. Desde Marx até os nossos dias, o esforço teórico empreendido para superar o "demografismo" realmente tem invertido, para muitos pesquisadores, a equação malthusiana. Era preciso, e continua sendo, contrapor ao determinismo populacionista uma explicação fundamentada na base material da existência, e nas formas da sua organização. Essa tendência é particularmente significativa no caso do Brasil e da América Latina, onde a teoria demográfica, ou pelo menos a teorização demográfica, segue caminhos inovadores dentro do quadro internacional, ca minhos claramente identificados com explicações estruturais. Essas análises críticas da evolução demográfica avançaram consideravelmente na remoção do entulho das explicações psicológicas e deshistoricizantes que são a herança da nossa disciplina. Reformularam a questão, dando destaque às estruturas econômicas, sociais, e políticas, que condicionaram os pa drões de nupcialidade, fecundidade, mortalidade e migrações. Essas análises, que situaram explicitamente os movimentos demográficos no seu contexto histórico e geopolítico, embora não possam ser taxadas de deterministas, não têm privilegiado, nem encorajado, a análise de população como variável independente na história. O esforço de recolocar a questão em novos termos não deixou espaço para a apreciação do papel de outros fatores, por exemplo, culturais e tecnológicos. Fixado como estava, na análise da transição demográfica das últimas décadas, tampouco considerou as circunstâncias e as formas nas quais a dinâmica demográfica assume um papel determinante.

É no contexto desta tradição que nós nos fizemos a nossa pergunta, priorizando o econômico sobre o demográfico. E embora reconheçamos que a dinâmica demográfica possa afetar a crise, a conotação clara da nossa formulação é que o sentido da causação é de crise para a população. Não é aqui que vamos avançar num trabalho que diz respeito à disciplina de uma maneira geral, nem aprofundaremos muito seus desdobramentos para o nosso tema.

Lembramos, porém, como exemplo, o trabalho de Ester Boserup (1981), que vê a população e o crescimento demográfico como fatores condicionantes, até causais, de avanços tecnológicos e organizacionais. Ela inverte o papel da dinâmica



demográfica em alguns aspectos das transformações históricas, sem cair num neo-malthusianismo. Não é suficiente simplesmente substituir um determinismo por outro. O que é preciso é contextualizar sempre as relações da dinâmica demográfica com os fatores sociais, culturais, políticos, econômicos e tecnológicos, particularmente o binômio população e economia. Isto é significativamente importante quando pensamos conjuntamente. Se no longo prazo que é a História, o nosso compromisso com o princípio da primazia do econômico nos faz esquecer ou perder de vista não só outros fatores, mas até o papel independente da dinâmica demográfica, na análise de conjunto, isso é mais preocupante ainda. Numa determinada situação, é uma questão empírica descobrir os pesos relativos do econômico e do demográfico. No presente trabalho fazemos abstração dessas considerações técnico-metodológicas.

Queremos somente chamar atenção à maneira explícita em que incorporamos essa linha de raciocínio em nosso trabalho. É só um alerta que estamos fazendo aqui, uma análise parcial da questão. Essa reflexão nos remete ao estatuto teórico da nossa disciplina, que embora tenha avançado em anos recentes, ainda está longe de uma solução satisfatória. E é justamente a primazia do fator econômico, para não falar em determinismo, que é uma das questões centrais. É um hábito generalizado entre muitos demógrafos supor que é a população que dá a resposta às condições econômicas. Essa noção de "resposta demográfica", freqüente na bibliografia, dá a medida de como é comum ver a dinâmica demográfica como variável dependente. A realidade é mais complexa, porém, que os nossos modelos teóricos. Especificamente, a nossa preocupação em superar os limites do neo-malthusianismo tem impedido que prestemos a devida atenção às situações nas quais a dinâmica demográfica é a variável independente. Embora aceitemos o truismo de que tudo se relaciona com tudo, a predominância do econômico quase sempre se torna a chave das nossas análises.

Podemos tomar como exemplo uma determinada estrutura etária, que provocando um aumento de natalidade, criando ondas na pirâmide populacional, constitui um limite para a expansão/retração do mercado de trabalho em tempo de crise. A crise seria diferente numa economia que não precisa criar um número maior de empregos do que numa economia como a brasileira, onde isso é atualmente o caso. Numa determinada circunstância é uma questão empírica determinar as relações recíprocas entre demografia e economia.

Ajudaria compreender esses fenômenos, uma tentativa de sintetizar a experiência histórica e internacional. Qual tem

sido o papel da crise econômica nas transições demográficas específicas? Os pontos de inflexão dos declínios seculares de mortalidade e natalidade estão ligados a crises econômicas nas respectivas sociedades? A Grande Depressão também coincidiu com o declínio de natalidade em muitos países. A sua recuperação temporária em alguns países (América do Norte, Europa) sugere que a crise acentuou o declínio além da tendência secular, enquanto a retomada dos mesmos altos níveis em outros países (por ex., América Latina) sugere que sem grandes transformações estruturais na economia, as crises não têm consequências duradouras. Mas essas considerações, certamente não conclusivas, precisam passar pelo crivo da análise empírica e comparativa. O início do declínio da natalidade e da mortalidade infantil na Inglaterra são seguramente relacionados com os ciclos econômicos ingleses do século XIX. É querer muito, no caso brasileiro, procurar explicar o papel da crise econômica na transição por que passamos, enquanto ainda estamos às voltas com as tentativas de descrever e explicar a transição em si. Mas é justamente esse desafio que nos é colocado. E é a convicção de que não podemos aguardar alguns decênios para pronunciar o veredicto, do conforto intelectual do século XXI, que nos anima a apresentar essa análise tentativa.

Sem entrar no debate sobre Transição Demográfica, esperamos o "novo equilíbrio moderno", pós-transição, que as taxas vitais, estáveis, reajam a estímulos esporádicos de curta duração. Essa situação nos leva ao segundo limite que queremos mencionar: no momento em que analisamos simultaneamente as transformações seculares e fenômenos conjunturais, a nossa bagagem de técnicas analíticas favorece sobremaneira as primeiras. Análise de coortes, substituição de gerações, estandarização, evolução de pirâmides populacionais. O espírito dessas técnicas é captar as tendências de longo prazo, as "verdadeiras taxas".

Todo o aparato teórico-metodológico, desenvolvido para detectar e explicar as tendências de longo prazo, precisamente para compreender os mecanismos subjacentes à evolução das taxas, e evitar a armadilha de elaborar teorias e modelos em cima de flutuações de curto prazo, nos deixou na hora de voltar as nossas atenções à conjuntura atual, num mato sem cachorro. As perguntas que fizemos agora requerem outras abordagens.

A crise econômica, com desemprego e com salários reprimidos, estimula ou restringe as migrações? A instabilidade de emprego leva as pessoas a abandonar seus lugares de origem à procura de trabalho? Ou a estagnação generalizada amedron-



ta a população, inibindo lances ousados como é a migração? Desde os estudos de Brinley Thomas (1954) sobre as "long-swings" do crescimento econômico e movimento populacional entre Inglaterra e Estados Unidos, sabemos que a expansão econômica atrai migrantes. Mas quais são as conseqüências no Brasil dos anos 80, onde as regiões tradicionais de destino também estão em crise (Andraus et alii, 1985)? Há uma tendência para a retenção da população nos lugares de origem, onde contariam com uma rede social mais ampla para enfrentar os maus tempos?

E as taxas vitais refletem essa situação? Quais seriam os fatores conjunturais, temporários, que fariam flutuar as taxas no período moderno, "pós-transição"?

Os mais óbvios são justamente a expansão/retração do mercado de trabalho, afetando a nupcialidade e a fecundidade marital. Completar esse conjunto de fatores como aspectos culturais, tecnológicos e sociais, constitui tarefa que desafia a demografia dos países desenvolvidos. No caso brasileiro, a crise atual nos assola num momento importante da transição, transição diferenciada regionalmente. Enfrentamos, então, a dupla questão: (1) as taxas vitais são já tão mediatizadas por fatores sociais, culturais, e institucionais, que não revelam o impacto de uma crise econômica do vulto da atual, ou as conseqüências são realmente detectáveis? Essa pergunta cabe a todas as sociedades cujas economias são sujeitas às condições atuais? (2) Qual é o papel de crises conjunturais, de ciclos econômicos curtos, em precipitar, intensificar ou retardar processos de longo prazo, como é a transição demográfica brasileira?

As teorias e modelos explicativos, empregados na explicação das relações entre as tendências demográficas e a evolução econômica, apontam o emprego - oferta de emprego, divisão social de trabalho, processo de trabalho - como fundamental. São fundamentados nessa análise que procuramos, confiantes, os reflexos da crise na dinâmica demográfica.

Há, finalmente, o problema, conhecido e antigo, da disponibilidade de dados. Até em relação à nupcialidade, fecundidade e mortalidade, onde há mais clareza quanto às melhores formas de coletar os dados, a cobertura é inadequada. Entre as exceções, a pontualidade na publicação dos dados é mais excepcional ainda. E nos raríssimos casos onde foram superados os problemas de cobertura e publicação, continua inibindo as análises a dificuldade de relacionar os eventos às características sócio-econômicas relevantes.

Esses três fatores são particularmente graves, no caso da atual crise brasileira. Já acostumados a esses problemas, há algumas precauções que podem ser tomadas, por exemplo, com parâmetros regionais. Mas é preciso insistir, ainda uma vez, na importância de melhorar os dados do registro civil. Mesmo com as PNADs, o IBGE não terá condições de produzir os dados que respondem às perguntas que nós fizemos neste trabalho. Só com os dados detalhados no espaço e no tempo é que mediremos com maior segurança as consequências de fenômenos cuja temporalidade é irregular e não muito previsível.

E é só expandindo as características registradas dos envolvidos nos eventos, para poder caracterizar sócio-economicamente os pais, os recém-nascidos, os mortos, os noivos, e as suas respectivas famílias, que avançaremos na explicação das relações em exame. Poderíamos citar alguns avanços nessa direção, e existem experiências em andamento. Nos próximos anos, quando aguardamos melhorias na cobertura e publicação das estatísticas vitais, seria extremamente oportuno assentar tal programa na base de uma agenda de variáveis mais rica e teoricamente relevante, do que na tradicional.

O que essas considerações nos sugerem, quanto às dificuldades de analisar a dinâmica demográfica em tempos de crise, é um esforço em pelo menos três direções: (1) resguardando a primazia da base material de existência e a sua organização nas explicações da dinâmica demográfica, explorar mais a importância de outros fatores (sociais, culturais, políticos e tecnológicos), e em particular ficar atento às situações onde é o fator demográfico a variável determinante; (2) aprimorar o sistema de coleta e publicação das estatísticas vitais; (3) incluir nos trabalhos teórico-metodológicos, que visam a compreensão da transição demográfica brasileira, a preocupação com fenômenos de curto prazo, para distingui-los das transformações seculares, e para avaliar a sua importância em retardar, acelerar, ou redirecionar essas transformações.

Durante muitos anos ainda, teremos que trabalhar simultaneamente para explicar a dinâmica demográfica no longo e no curto prazo. Quando as taxas vitais alcançarem uma estabilidade, a natureza da tarefa será diferente. Mas sem poder esperar até lá, teremos que usar os meios de que dispomos para contribuir, ainda que parcialmente, à resposta.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP). 1985. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP.
- ANDRAUS, Annez; MATTOSO, Jorge e ROFFMAN, Marise. 1985. Evolução de emprego. In: ABEP. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP.
- BOSERUP, Ester. 1981. Population and technology. Oxford, Blackwell.
- SALM, Cláudio; TUMA, Fâbia e DE DECCA, Cláudio. 1985. Natureza e desdobramento da crise atual. In: ABEP. Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. São Paulo, ABEP.
- BRINLEY, Thomas. 1954. Migration and economic growth: a study of Great Britain and the United States. Cambridge, Cambridge University Press.

ABSTRACT - DEMOGRAPHY AND CONJUNCTURE: METHODOLOGICAL REFLECTIONS - This essay treats the methodological difficulties of the attempt to understand the demographic consequences of the economic crisis in Brazil, since the end of 1980. Three points are emphasized: (1) the economic determinism which permeates this discussion; (2) limits of available analytic techniques, which were developed precisely to abstract from short-range phenomena; and (3) the absence of relevant and up-to-date data. The paper concludes with a warning as to the need for simultaneous analysis of short and long-range demographic dynamics. Theoretical and methodological efforts at understanding the Brazilian demographic transition must include a concern with short-range phenomena, to distinguish them from secular transformations, and to evaluate their importance in retarding, accelerating, or redirecting these transformations.